

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FUTURAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: IDENTIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM QUESTÃO¹

Jaqueline Cristina Massucato *

Heloisa Helena Oliveira de Azevedo **

RESUMO

Este artigo aborda a formação de professores de educação infantil, constituindo-se em um relato de pesquisa. O problema de pesquisa situa-se em conhecer o papel da formação inicial no processo de reconstrução de sua identidade profissional, objetivando investigar o papel dessa formação na reconstrução das representações sociais de futuras professoras de educação infantil sobre a profissão. Desenvolvemos um estudo baseado na abordagem qualitativa de pesquisa, cujo referencial teórico-metodológico pautou-se na Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2009). As técnicas de coleta de dados adotadas foram a aplicação de questionários a 46 concluintes de um curso de pedagogia de uma universidade particular do estado de São Paulo, dentre os quais selecionamos 05 alunas para participarem da realização de entrevistas semiestruturadas. Os dados coletados foram analisados com base na identificação das seguintes categorias de análise: identidade docente, concepção de professor e desafios para a formação docente. Os resultados obtidos indicaram o reconhecimento do professor da educação infantil enquanto pertencente à categoria profissional professor, com saberes específicos para sua atuação e que, portanto, necessita ser reconhecido profissional e socialmente pela importância de sua função.

Palavras-chave: Formação inicial de professores. Educação infantil. Representação social. Identidade docente.

ABSTRACT

SOCIAL REPRESENTATIONS OF FUTURE TEACHERS OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION: IDENTITY AND PROFESSIONAL FORMATION

This research report focuses on teacher's formation in early childhood education. The

* Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professora do Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Parfor), Campinas, São Paulo, Brasil. Endereço para correspondência: PUC Campinas (Campus I), Rodovia Dom Pedro I, Km 136, Parque das Universidades, Campinas-SP - Brasil. CEP: 13020-904. jaquemassucato@ig.com.br

** Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Professora Permanente do PPGE da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, Brasil. Endereço para correspondência: PUC Campinas (Campus I), Rodovia Dom Pedro I, Km 136, Parque das Universidades, Campinas-SP - Brasil. CEP: 13020-904. hazevedo@puc-campinas.edu.br

1 Agência financiadora: CAPES.

research problem lies in knowing the role of initial formation in the reconstruction process of these professional identities, investigating the function of this formation in the reconstruction of social representations of children education's future teachers about their profession. We used a qualitative approach, whose theoretical and methodological framework was based on Moscovici(2009)'s Theory of Social Representations . We collected data through the application of questionnaires to 46 concluding student of a undergraduate program of Pedagogy in a private university in the state of Sao Paulo. Among them, we selected 5 students to participate in half-structured interviews. The collected data were analyzed based on the identification of the following categories: teacher identity, conception of teacher and challenge of teacher's formation. The results indicated the recognition of the early childhood's teacher as a professional , with specific knowledge for its actions and, therefore, who needs to be professionally and socially recognized by the importance of its function.

Keywords: Teacher's initial formation. Early childhood education. Social representation. Teacher's identity.

Introdução

Estudos e pesquisas científicas realizadas nos últimos 20 anos têm revelado que a área da educação infantil ainda necessita de elaboração de políticas públicas que visem à valorização de seus profissionais. Questões voltadas para o direito à educação na infância, o reconhecimento das especificidades dessa etapa da vida, a falta e a precariedade de formação profissional nos chamaram a atenção, afinal, tais aspectos pressupõem a necessidade de reconhecimento deste profissional como professor, cujos direitos perpassam sua profissionalidade docente.

Visando conhecer melhor os estudos que têm sido desenvolvidos na área da educação infantil e formação de professores, realizamos levantamento bibliográfico nos grupos de trabalho de Educação de Crianças de 0 a 6 anos (GT 7)² da ANPEd, no período de 2005 a 2009. Após selecionar os trabalhos relativos à temática e proceder à sua leitura analítica, foi possível perceber que há várias questões que ainda merecem discussão, como: o perfil do professor que se deseja formar; quais as representações que se tem sobre educação infantil, infância e criança; a desvalorização social e profissional do professor de educação infantil; a pouca qualificação do professor para atuar nessa etapa da educação.

Enfim, questões voltadas para a identidade desse professor, que sinalizam para a importância de uma formação inicial que efetivamente contribua para o reconhecimento desse profissional.

Além disso, pesquisamos também em teses e dissertações que tratassem dos temas educação infantil e representação social da docência no Banco de Teses e Dissertações da Capes, e, posteriormente, analisamos os bancos de dados das universidades que as produziram, do ano de 2005 a 2011, a fim de descobrirmos qual era a identidade que se construía sobre o professor de educação infantil, com foco para a formação inicial e que contemplasse a Teoria das Representações Sociais como instrumento teórico-metodológico.

Em uma análise geral a despeito da exigência legal, as pesquisas apontaram para a necessidade de se ter um profissional qualificado, que considere os diferentes aspectos do desenvolvimento infantil. Por isso, pensamos que a formação inicial encontra sua relevância ao possibilitar a compreensão de como são ancoradas as representações sobre o que é ser professor de educação infantil. Isso auxilia nossa reflexão sobre qual qualidade estamos buscando na efetivação desse direito das crianças, e como está sendo construída a identidade da educação infantil e do professor.

Consideramos, assim, que a identidade delineada nos estudos analisados é aquela que estabelece o papel do professor de educação infantil

² ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

como aquele que integra em suas ações a relação dialética de cuidar e educar, ou mesmo a tríade cuidar-educar-brincar. Percebemos, ainda, que há uma fragmentação nessas dimensões, além de contradições e concepções multifacetadas, o que gera uma confusão na identidade profissional desse professor.

Em razão da urgência de se pensar nessas questões, definimos a problemática a ser investigada, que se centra em conhecer qual o papel da formação inicial na reconstrução da identidade de futuros professores de educação infantil. É necessário pensarmos em como estão sendo construídas e reconstruídas as representações sociais sobre ser professor da educação infantil, também no âmbito da formação inicial, para pensarmos na redefinição de uma identidade.

É fato que a profissão de professor tem um valor social carregado de marcas pejorativas, negativas, seja por causa das questões subjetivas, representações que circulam na sociedade sobre quem é este profissional, seja por questões objetivas, como os baixos salários oferecidos, má qualificação dos professores atuantes, desvalorização social e profissional. Tais aspectos refletem a representação social que se tem sobre essa categoria profissional, a ponto de outras profissões terem mais prestígio tanto social quanto em termos objetivos de carreira e salários.

São essas questões que pretendemos colocar em relevo neste artigo, que se constitui como resultado de pesquisa realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado³, por meio da análise das representações que as concluintes do curso de Pedagogia têm construído no que se refere à formação para atuação na educação infantil. Para isso, nosso referencial teórico pauta-se na tendência histórico-crítica de educação, tendo como base os estudos de Arce e Baldan (2009), Azevedo (2005), Kuhlmann Jr. (2005, 2007), Vigotski (2008), dentre outros. Teve por base ainda o referencial teórico metodológico da Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici (2009), por compreender a complexa relação entre saberes construídos no senso comum

e no âmbito da ciência, os quais perpassam as construções subjetivas dos indivíduos, assim como os valores, experiências e sentidos que estes atribuem a sua realidade. Essa teoria ganha sua importância também ao analisar como construímos as representações que temos sobre determinadas pessoas e objetos sociais a fim de nos identificarmos em um grupo, em buscar tornar familiar o que inicialmente nos causa estranheza.

Nossos estudos sobre o tema nos permitem compreender que a identidade é um processo, uma construção social que relaciona o imaginário socialmente estabelecido com a autoimagem que os próprios professores têm de si e de sua profissão, cuja relação se dá de forma dialética, sendo construída em meio a conflitos, tensões e negociações constantes. Nesse sentido, para mudarmos a identidade de um grupo, primeiramente precisamos mudar e reconstruir as representações que forjam tais identidades.

Assim, no próximo item, buscaremos refletir sobre a relação que propomos entre a Teoria das Representações Sociais, Educação Infantil e a Formação Profissional a fim de, posteriormente, utilizarmos como embasamento teórico para nossas análises sobre quem é o professor de educação infantil.

Representação Social, Educação Infantil e Formação de Professores: tecendo uma relação

As representações sociais são criadas e difundidas por meio da linguagem e interação social, assim o processo educacional constitui-se um campo propício para a análise das interferências da comunicação social e dos valores atribuídos pelos indivíduos aos processos educacionais, assim como sobre suas interferências e suas contribuições para os alunos. Conforme ressalta Mazzotti (2008, p. 20-21),

[...] o estudo das representações sociais parece ser um caminho promissor para atingir esses propósitos na medida em que investiga justamente como se formam e como funcionam os sistemas de referência que utilizamos para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana. Por suas relações com a linguagem, a

3 MASSUCATO, Jaqueline Cristina. Professora, educadora ou babá? Desafios para a reconstrução da identidade profissional na educação infantil. Campinas: PUC- Campinas, 2012. 162 p. Orientadora: Profª. Dra. Heloisa Helena Oliveira de Azevedo.

ideologia e o imaginário social e, principalmente, por seu papel na orientação de condutas e das práticas sociais, as representações sociais constituem elementos essenciais à análise dos mecanismos que interferem na eficácia do processo educativo.

Sendo assim, a representação social é sempre a referência que temos de alguma coisa ou de alguma pessoa, construída no âmbito social, por meio de transformações históricas e culturais. O objetivo das representações sociais é, portanto, compreender as circunstâncias em que os grupos sociais se comunicam, quais são suas crenças, ações e como se identificam.

Portanto, criamos representações para responder a necessidades, a um estado de desconforto ou mesmo como uma forma de controle do comportamento individual. Contudo, a finalidade das representações sociais – que são resumidamente métodos/formas de compreender e comunicar ideias, imagens, pensamentos – é, conforme Moscovici (2009, p. 54), “tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade”.

O não familiar é a presença real de algo ausente, do não reconhecido, por isso atrai e intriga as pessoas enquanto as assusta e ameaça por fazer perder os referenciais, a compreensão do mundo. Assim, Moscovici (2009, p. 56) nos esclarece que, o ato da “reapresentação é um meio de transferir o que nos perturba, o que ameaça nosso universo, do exterior para o interior [...]”. A característica específica dessas representações é, segundo o referido autor, corporificar ideias em experiências coletivas e interações em comportamentos. São fenômenos que precisam ser descritos e explicados e são específicos, ou seja, estão relacionados com um modo particular de compreender e se comunicar.

A Teoria das Representações Sociais é, resumidamente, uma forma de conhecimento prático, gerado pelas pessoas no cotidiano como forma de compreender e significar o mundo, de conhecer melhor as pessoas, ideias, comportamentos que fazem parte de seu contexto; por isso, as representações sociais apenas existem enquanto são úteis, são comunicadas e têm uma validade para tal grupo social. Sendo assim, apresentam um caráter dinâmico e são denominadas de teorias do senso comum, são criadas como forma de agir e compreender o real, assim como para elaborar

comportamentos e permitir a comunicação entre os sujeitos.

A teoria elaborada por Moscovici busca quebrar a falsa ideia de que por ser uma teoria do senso comum, não científica, teria menos validade. Ao contrário, isso apenas sinaliza para a importância de outra forma de conhecimento, gerado para suprir diferentes necessidades de acordo com cada contexto social, a fim de permitir a comunicação e identificação de determinado grupo social.

A importância da criação das representações se dá enquanto forma de valorização do senso comum e dos saberes produzidos na coletividade, que dão sentido e significam a vida social, permitindo a conscientização das situações de vida dos sujeitos. Além disso, pode romper com ideologias e imposições sociais que objetivem um consenso, ao demonstrar os pontos de vistas, os processos de pertença social e identitário.

As representações sociais, conforme Jodelet (2001), surgem no cotidiano das pessoas como forma de conhecimento do mundo, de compreensão da realidade. Isso porque as pessoas precisam se ajustar, se identificar, resolver os problemas impostos pelo seu contexto. É basicamente por esse motivo que as pessoas criam as representações sociais, para se guiarem com relação aos diversos aspectos existentes na realidade social e se comunicarem.

Podemos afirmar ainda que a evolução das representações sociais depende da evolução histórica. Por isso, ressaltamos a importância de conhecer a trajetória histórica dos conceitos que foram produzidos na área da educação infantil, foco desse estudo, para buscarmos compreender, por meio do processo histórico, a transformação e/ou manutenção de determinadas representações sobre ser professor de educação infantil, assim como a influência da cultura e da sociedade.

As representações sociais que temos sobre as crianças e suas infâncias são variadas, ancoradas em nossas experiências individuais, coletivas, profissionais etc. São criadas em determinados espaços sociais, portanto a representação que se tem sobre um objeto social varia entre as diferentes culturas. O próprio conceito de infância é uma construção social, que perpassa a história e sua dinamicidade, aliás, podemos dizer infâncias, uma vez que são muitas em nosso país, assim como são várias as

experiências que cada criança protagoniza em sua vida.

Sendo assim, são inúmeras as infâncias que nós, professores, temos/teremos contato ao longo de nossas vidas profissionais, sendo imprescindível, portanto, reconhecê-las enquanto etapa única da vida, devendo ser vivenciadas a cada segundo, de diferentes formas. Por isso, necessitamos de conhecimento teórico vinculado às nossas práticas pedagógicas, que nos possibilite intervir positivamente nessa fase de desenvolvimento da criança.

Constatamos, então, como o termo infância é múltiplo e carrega várias determinações, pois ao mesmo tempo em que delimita uma fase que compreende o indivíduo de pouca idade, desprovida de razão, conforme sua etimologia, torna-se uma pessoa desacreditada, um termo pejorativo pela sociedade.

[...] etimologicamente, a palavra infância refere-se a limites mais estreitos: oriunda do latim, significa a incapacidade de falar. Essa incapacidade, atribuída em geral ao período que se chama de primeira infância, às vezes era vista como se estendendo até os sete anos, que representariam a passagem para a idade da razão (KUHLMANN JR., 2007, p. 16).

É nesse âmbito que, muitas vezes, ancora-se a representação social de professor de educação infantil, como aquele que não precisa ter muito conhecimento e experiência, um profissional menos valorizado socialmente por trabalhar com crianças, “com a idade desprovida de razão”. Ou mesmo a representação de que se esse profissional pertence ao gênero feminino, então já nasceu sabendo lidar com uma criança em razão de seu instinto maternal, afinal, essa seria uma qualidade fundamental a quem queria ser professor.

No século XIX, a sociedade, de maneira ampla, discute as propostas de instituições de educação infantil e, na segunda metade desse século, as evidências históricas demonstram que existem condições favoráveis em um contexto em que predomina a assistência científica. Isso porque esse período é o da industrialização do país, ocasionada pela produção capitalista, quando os pais precisavam trabalhar e começam a reivindicar um lugar para deixar seus filhos. Assim, a criação das creches nesse período era considerada uma dádiva e não um direito dos trabalhadores.

Conforme Kuhlmann Jr. (2005), nesse momento histórico a educação da infância no Brasil contou com a contribuição de educadores como Anísio Teixeira, que enfatizou a importância da criança pré-escolar envolvendo facetas pedagógicas, como a socialização e a importância dos brinquedos, além de Mário de Andrade, que também contribuiu para uma nova referência sobre a criança.

Durante as décadas iniciais do século XX, as primeiras instituições pré-escolares de caráter assistencial começam a ser implantadas e, até meados da década de 1970, ocorre um processo lento de expansão. Já no final do século XX, ocorre uma maior expansão para depois se estabilizar, e a legislação desse período indica o vínculo de todas as instituições aos organismos educacionais.

Na década de 1990 aparecem formulações sobre a educação infantil que passam a enfatizar a indissociabilidade das ações de cuidado e educação da criança pequena, passando-se a reconhecê-la enquanto um ser histórico e social, e várias conquistas marcam este período, como destaca Azevedo (2005, p. 63):

[...] A Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (1990), o Encontro Técnico sobre Política de Formação do Profissional de Educação Infantil (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e os Referenciais para Formação de Professores (1999), constituem-se fatos que contribuíram para que o atendimento à criança de 0 a 6 anos de idade e a formação profissional daquele que com elas atua [...]

Dessa maneira, o reconhecimento dessa etapa pela Constituição Federal e pela LDB demonstra um avanço no que se refere à sua longa trajetória, passando a fazer parte do sistema educacional do país. Assim como ainda existem muitas lacunas a serem pensadas na área a fim de perpetuar a qualidade da educação enquanto um direito das crianças, existe também ambiguidade nas representações e nos conceitos de infância e de criança, os quais orientam a definição de suas necessidades educativas.

No século XXI, conforme aponta Smolka (2002, p. 122) “não presenciamos apenas a industrialização, mas a super-automação, a robótica,

a informatização, a virtualização, a globalização [...]”. É nesse contexto dinâmico que as crianças estão inseridas e vão se apropriando da cultura e dos símbolos, seja por meio do trabalho, da brincadeira, da imitação, seja por contenção, carência ou pelas diversas relações dentro ou fora da escola que elas vão se constituindo sujeitos de direitos e, conseqüentemente, adultos, histórica e socialmente situados.

Outra discussão enfatizada na literatura da área nos últimos anos é a necessidade de definição do papel da escola de educação infantil como um local diferente de outros espaços sociais nos quais as crianças convivem. Assim, reconhecer essas especificidades, assim como as das crianças, é indispensável para um trabalho pedagógico de qualidade, o que não significa “reduzir a dose”, mas tratá-las como pessoas em formação, que já são cidadãs e possuem direitos. Conforme ressalta Kuhlmann Jr. (2007, p. 189):

É claro que a educação infantil não pode se esquecer da transmissão de conhecimentos sobre o mundo, sobre a vida. É claro que a educação infantil não pode deixar de lado a preocupação com uma articulação com o ensino de primeiro grau [...]. Mas o modelo da escola primária é inadequado para essa faixa etária – em alguns aspectos, até mesmo para as crianças que freqüentam a própria escola primária. [...]

Portanto, desenvolver uma educação de qualidade, que respeite as faixas etárias e as fases de desenvolvimento das crianças, disponibilizando um conhecimento que possibilite à criança meios de internalizá-lo, reconhecendo para isso suas potencialidades de aprendizagens em cada idade, é papel do professor. Assim, a função da escola e do professor é, também, oferecer orientações e referências de como se formar humano, ou melhor, de mediar os conhecimentos produzidos pelas diversas gerações, sem desconsiderar os aspectos lúdicos, a imaginação e a brincadeira. Vigotski (2008) corrobora essa ideia ao acentuar o papel do professor que, pela mediação na atividade de ensino, possibilita à criança transformar uma experiência social, cultural, em uma experiência sintética, interna, reconstruída e ressignificada por ela. Por isso a importância de exigirmos um professor na educação infantil que seja formado

em bases teóricas solidamente fundamentadas, para saber como promover um aprendizado que gere avanços no desenvolvimento das crianças e reconhecer essas especificidades sobre como elas aprendem, se desenvolvem e reconhecem a si mesmas e o mundo ao seu redor.

Consideramos, assim, relevante problematizar as possibilidades de reconstrução das representações sociais de alunas concluintes de um curso de pedagogia sobre a profissão docente, objetivando investigar o papel da formação inicial nessa reconstrução.

As Representações Sociais de futuras professoras de Educação Infantil sobre a profissão

Baseados na nossa problemática de estudo, elaboramos as questões que comporiam os instrumentos de coleta de dados e partimos para a escolha dos sujeitos da pesquisa entre as alunas de pedagogia. Nosso intuito foi analisar se a formação inicial as auxilia a reconstruírem suas representações sobre a profissão de professor de educação infantil nesse percurso formativo, uma vez que as experiências tanto pessoais quanto profissionais são subjetivas, influenciando o modo como cada aluna se percebe enquanto futura professora de educação infantil.

Após contato e autorização da faculdade investigada e dos professores responsáveis pelas aulas, procedemos à aplicação dos questionários a 46 alunas concluintes de um curso de pedagogia do ano de 2010, sendo 17 do período matutino e 29 do noturno. O campo de investigação foi uma universidade particular do estado de São Paulo. Após a aplicação e análise dos questionários – que incluíam alguns dados pessoais, tempo de atuação na educação, interesse em atuar na educação infantil, assim como questões sobre o motivo da escolha profissional –, procedemos à seleção dos sujeitos concluintes para a realização das entrevistas semiestruturadas, com base nos seguintes critérios, por ordem de importância:

1. A Representação Social sobre ser professor que mais se aproximasse de nossas concepções ancoradas em nossos referenciais teóricos e na qual estivesse implícito o re-

conhecimento da necessidade de formação para atuação profissional;

2. Tempo de atuação na educação infantil, como critério de desempate.

Em continuidade à coleta de dados, realizamos a segunda etapa, a qual consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com cinco estudantes concluintes do curso de pedagogia no ano de 2010, de ambos os períodos, selecionados com base nas respostas dadas ao questionário e segundo os critérios acima adotados. Vale ressaltar que, a despeito de selecionarmos apenas cinco alunas – de um universo de 46 – para participarem de nossa entrevista, consideramos todas as respostas indiretamente em nossas análises. Assim, não significa que as demais alunas que responderam aos questionários não poderiam ter sido selecionadas de acordo com suas respostas, mas diante da necessidade de definir critérios e tomar decisões no decorrer da pesqui-

sa, optamos por analisar somente as cinco que possuíam concepções que mais se aproximavam de nosso objeto de estudo e de nosso referencial teórico, além de terem aceitado participar de nossa pesquisa voluntariamente.

Na primeira parte da entrevista com as concluintes em 2010, buscamos coletar alguns dados mais gerais para identificação do perfil das alunas, tais como: a experiência e atuação profissional, a intenção ou não de atuar ou se já atua na educação infantil, qual função exerce e qual o tempo de atuação. Na segunda parte, buscamos identificar quais representações sociais possuíam sobre ser professor de educação infantil e qual o papel da formação inicial na reconstrução dessas representações. Os sujeitos participantes dessa pesquisa serão aqui apresentados por meio de nomes fictícios, a fim de manter em sigilo suas identidades, conforme o Quadro 1.

CONCLUINTES	CURSOU MAGISTÉRIO	TEMPO DE ATUAÇÃO NA ED. INFANTIL	FUNÇÃO	TRAJETÓRIA - MOTIVO DA ESCOLHA PROFISSIONAL
Sujeito 1: Carla	não	2 anos	Estagiária em uma creche	Inicialmente, por conhecer a profissão por meio de parentes e amigos. Posteriormente, por entender o cunho libertador e as disciplinas que visam transformação.
Sujeito 2: Cláudia	sim	10 anos	Monitora em uma creche	Interesse em saber como a criança constrói conhecimento. A escolha por Pedagogia foi consequência dos questionamentos não supridos no magistério.
Sujeito 3: Clarisse	não	7 anos	Monitora em uma Cemei	Gosto por crianças aliado ao interesse pela área. Após início de atuação na educação infantil, percebe a importância de uma formação adequada para a atuação profissional.
Sujeito 4: Cibele	sim	5 anos	Educadora social em uma ONG	Concepção de educação: uma maneira de conhecer o mundo e uma opção social, política e pessoal. Desejo de aprender o que é a educação infantil.
Sujeito 5: Cátia	não	3 anos	Professora de educação infantil	Gosto por crianças e pela prática de ensino. O que a manteve no curso foi o fato de acreditar no papel transformador que a educação pode ter em nossa sociedade.

Quadro 1 – Caracterização dos sujeitos escolhidos (alunas concluintes em 2010)

Fonte: Massucato, (2012, p. 109).

As entrevistas foram agendadas via e-mail e, posteriormente, por telefone, de acordo com a disponibilidade das entrevistadas. Todas assinaram o termo de consentimento e foram informadas sobre os objetivos da pesquisa e sobre o roteiro de questões, antes das entrevistas, as quais foram audiogravadas com a anuência delas. Estas foram posteriormente transcritas para procedermos à análise do conteúdo expresso nas falas, identificando-se, assim, três categorias temáticas, conforme apresentamos a seguir.

Identidade Docente

Essa categoria analisa o motivo da escolha profissional, o perfil do professor e sua postura para diferenciar os fazeres, visão de docência envolvendo questões sobre como o professor está sendo formado e qual a identidade está sendo construída nessa formação.

Percebemos que a identidade do professor ainda está em construção para buscar o reconhecimento de seu papel, e a formação inicial é um dos espaços para a constituição dessa identidade profissional quando proporciona a conscientização e a reflexão sobre o que é ser professor de educação infantil, quais saberes e perfis são requeridos para a sua atuação profissional.

Dessa forma, entendemos que o espaço da formação inicial nos permite identificar aspectos voltados para a reconstrução identitária do professor da educação infantil. Percebemos, na totalidade das respostas, o reconhecimento da importância da formação inicial tanto no que se refere à conscientização e postura que o professor precisa ter, quanto à necessidade de conhecimentos que fundamentem sua prática, pois se trata de uma profissão, que exige saberes e fazeres específicos.

O reconhecimento de necessidade por busca constante de conhecimentos e formação para permitir uma ação pedagógica de maior qualidade, assim como a importância da formação inicial em sua formação como professora é evidente na fala de Carla: “[...] articular a teoria que eu aprendo aqui na faculdade com essa prática, eu posso dizer assim... eu estou feliz comigo mesma enquanto profissional.”

Outro aspecto marcante nas falas foi a relação entre identidade do professor de educação infantil e a formação adequada para possibilitar o reconhecimento de seu papel, a sua nomeação enquanto categoria profissional:

“[...] eu estou fazendo [o curso de Pedagogia] porque eu quero ser professor de educação infantil, eu quero ser professor, não quero ser pajem, não quero ser crecheira, eu quero ser professor [...]” (CARLA).

A nomeação como forma de identificação de um grupo, uma pertença social, direciona o caminho para a reconstrução da identidade. A Teoria das Representações Sociais aponta que a representação do ser professor de educação infantil se fortalece com a nomeação, ou seja, revela o sentimento de pertença a um grupo, reforçando o seu posicionamento político e profissional perante a necessária valorização da identidade do ser professor de educação infantil.

Assim, Carla empenha-se em desmistificar a representação social de professor de educação infantil como algo negativo, até mesmo pejorativo, ao explicar porque muitas colegas de trabalho e mesmo a sociedade, preferem denominar esse professor de “tia” – incluímos, ainda, as demais denominações que esse professor tem socialmente, como pajem, auxiliar de desenvolvimento infantil, cuidador etc.:

[...] impulsionar por tia, porque professor é terrível né... professor, imagina meu filho de um ano com um professor, credo, mas aí é que está, tem que se posicionar e falar: ‘não, eu não sou um monstro, eu sou um professor’, é assim [...] que a gente vai funcionar [...] (CARLA).

Carla, nessa fala, demonstra o reconhecimento e a denominação, a pertença social enquanto “professora de educação infantil”. Essa representação social do que é ser professora tornou-se consolidada, principalmente, quando ela buscou como objetivo uma valorização da categoria profissional, assim como uma atuação política e social.

Salientamos, assim, a importância da formação inicial ao possibilitar a elaboração de ideias e novos conceitos, que, mesmo inicialmente advindos do senso comum, pela mediação do professor e da ação sistemática, podem se transformar em novas representações, cuja importância se dá na reconstrução

de identidades na formação profissional.

Com relação à identidade, ao perfil percorrido sobre ser professor na educação infantil e no ensino fundamental, todas as alunas consideram que ser professor, enquanto categoria profissional, não muda de um nível de ensino para outro, o que mudam são as ações e saberes que norteiam a prática, de acordo com a faixa etária dos alunos.

É nesse sentido que Carla reconhece a diferença entre o ensino fundamental e a educação infantil, uma diferença que abrange a questão curricular, dos conteúdos e das formas de ensinar, o que não significa que na educação infantil não se ensine conhecimentos:

O ensino fundamental [...] é diferente, você ali tem que alfabetizar, você tem que ensinar a matemática, na educação infantil você ensina o mundo, você apresenta o mundo para a criança, então você vai apresentar as primeiras coisas, como eu tinha dito... os meus nem falar falavam direito, então ali a gente aprendeu a retirar a fralda, a gente aprendeu a... ter autonomia, a tomar banho [...] (CARLA).

Clarisse ainda complementa que

“[...] é diferente o cuidar do ensino... da educação infantil com o do ensino fundamental, claro... mas [...] o ensinar também é necessário, em todas as faixas, mas com suas especificidades”.

Pelas falas expressas, pudemos perceber a relação entre reconstrução da identidade profissional e a formação inicial, uma vez que os conhecimentos apreendidos na formação puderam possibilitar modificações nas representações acerca do professor e, conseqüentemente, em suas próprias práticas, por meio da ancoragem de outras concepções sobre ser professor e suas necessidades formativas, assim como em objetivações que aproximam sua imagem a de uma categoria profissional.

Concepção de Professor

A análise realizada por meio dessa categoria inclui a representação social sobre quem é o professor de educação infantil, assim como a concepção de criança, uma vez que a representação social sobre ser professor influencia diretamente nas práticas pedagógicas, nos conhecimentos sobre a criança e no atendimento a elas destinado.

As concepções acerca de quem é o professor de educação infantil e de suas práticas ficaram reveladas com forte ênfase nas falas das concluintes, ressaltando-se a relação com a questão identitária. As representações sociais são dinâmicas e podem ser modificadas por meio da comunicação, assim elas podem ser transformadas ao entrar em contato com outras concepções, e essas se relacionam à maneira como cada pessoa se percebe, como se identifica com seu grupo, estando, portanto, diretamente ligada a sua identidade. Disso decorre a importância de analisarmos as representações das futuras professoras de educação infantil sobre a profissão de professores, a fim de verificarmos como está sendo reconstruída sua identidade profissional.

Mesmo havendo unanimidade entre as entrevistadas de que o professor de educação infantil precisa ter formação e ser qualificado para atuar, as representações sociais e concepções são divergentes. Para Cátia, o professor de educação infantil é aquele que é referência para o aluno, aquele em quem as crianças podem confiar e que terá a função de lhes ensinar. Embora precise ser respeitado, esse professor tem que ser alguém legal, quebrando o paradigma de que o professor que é respeitado é, na verdade, temido pelos alunos. Pelo contrário, o professor será aquele em quem se pode confiar, tanto para aprender com ele, como para ser ouvido e dialogar.

Cláudia, ao falar sobre a prática de uma professora de educação infantil, observada em um de seus estágios do curso, enfatiza que essa prática visava formar crianças mais autônomas e críticas, e ao ser indagada sobre sua postura, discorre que:

[...] parecia de igual para igual, ele estimulava a criança, nunca dava a resposta pronta, procurava deixar ele pensar, questionava, e não aquela coisa ah, faz assim, copia assim, deixava sempre a criança expressar o que estava sentindo, o que estava fazendo. (CLÁUDIA).

Percebemos por meio de sua fala que ela absorveu elementos da teoria para pensar a prática pedagógica observada em seu estágio, porém a representação social de professor, no que concerne a postura da professora observada, é de alguém que, por ser professor na educação infantil, deve deixar a criança sempre se expressar com liberdade total, dando vazão aos seus sentimentos e emoções, o

que, a nosso ver, pode acabar secundarizando o seu papel de professor.

Outra fala de Cláudia corrobora a ideia de que o professor busca auxiliar a criança em seu desenvolvimento integral, quando fala de seu papel: “[...] lida com a criança em todos os seus aspectos, psicológicos, emotivos, que sabe... do desenvolvimento da criança.”

Em outra fala de Clarisse, percebemos que, mesmo compreendendo que conhecimentos teóricos de um único autor limitavam sua prática, como no caso dos saberes somente de Piaget, a questão das fases e do desenvolvimento das crianças ainda é muito marcante em sua fala, inclusive quando ela refere-se ao professor de educação infantil como aquele que deve reconhecer as potencialidades das crianças e seu desenvolvimento global.

Acreditamos que essa representação social sobre o professor como aquele que apenas auxilia na promoção do desenvolvimento é muito restrito com relação à intencionalidade e diretividade do seu papel social, mas ainda é uma concepção legitimada pela literatura da área, nos documentos oficiais e, talvez, presente nesse curso de formação.

Nesse sentido, consideramos importante ressaltar que as representações sociais semelhantes expressadas pelas alunas quando questionadas sobre quem é o professor de educação infantil nos inquietaram, pois tanto os nossos dados quanto os documentos oficiais, e mesmo outros estudos, evidenciam que o papel do professor de educação infantil é proporcionar o desenvolvimento afetivo, cognitivo, intelectual, motor, enfim, o desenvolvimento integral das crianças. Isso nos faz refletir: até que ponto esse não é um discurso pronto? Ou mesmo, até que ponto a formação inicial está promovendo o consenso nessa representação, como forma de proteger a ameaça externa, para que o não familiar não adentre nesse grupo e desestabilize sua identidade social?

É importante ressaltar que não discordamos dessa concepção com relação ao papel do professor de intervir no desenvolvimento da criança, desde que seja intencional e planejado, mas não como mero facilitador, que pensa a criança como a protagonista de seu desenvolvimento e aprendizagem.

Outra concepção que se tem sobre o professor é de alguém que media o conhecimento, em que existe uma troca recíproca:

“[...] o professor não é aquele detentor de conhecimentos, o professor é aquele que tem conhecimentos, o aluno é aquele que também tem o conhecimento, existe na sala de aula uma troca.” (CÁTIA).

Por isso, pensamos na criança enquanto um sujeito com direitos e deveres, buscando efetivá-los por meio de uma educação de qualidade. Pensamos também em um professor com conhecimentos para esse fim, que esteja preparado para disponibilizar as ferramentas para que a criança aprenda sobre o mundo e sobre os conhecimentos em torno desse. Este é um dos desafios enfrentados na formação inicial, que são discutidos a seguir.

Desafios para a Formação Docente

Percebemos que a desvalorização do profissional decorre muitas vezes da falta de conhecimento e reconhecimento de seu papel, de sua identidade. Neste sentido, criamos essa categoria para pensar nas contribuições e nos desafios da formação profissional, o que inclui a necessidade de busca por valorização que esteja relacionada à reconstrução de sua identidade e, portanto, ao conhecimento do seu papel profissional e social, os quais perpassam a formação e sua profissionalidade docente.

O estudo realizado por meio da pesquisa empírica evidenciou alguns dos motivos da desvalorização dos professores de educação infantil, que acreditamos estarem relacionados com essa falta de conhecimento acerca de sua identidade profissional e de seu papel/função social. Neste sentido, é salutar pensarmos na necessidade do empenho de toda sociedade por valorização desse professor que esteja relacionado à reconstrução de sua identidade, de reconhecimento do seu papel profissional e social, os quais perpassam a sua profissionalidade docente. É um desafio que está posto para a formação inicial, afinal, o professor de educação infantil, para Cibele:

[...] é o menos valorizado, no sentido assim: ah, não precisa saber muito. Então no curso agora da Pedagogia, mudou [...], eu sou uma professora de educação

infantil, mas era tipo, ‘eu não preciso de muitos fundamentos teóricos para trabalhar com... crianças da educação infantil’ e mudou exatamente isso [...]

Cibele é enfática quando diz que após o curso de Pedagogia modificou sua representação social sobre o que é ser professor, na medida em que reconhece que professor de educação infantil tem que ter formação adequada para ensinar. Aliás, precisa ter mais conhecimento ainda por atuar com crianças pequenas, quebrando o paradigma imposto pela sociedade e até por ela mesma, de que por ser professor de criança da educação infantil, não precisa saber muito.

Acreditamos que a presença de questões objetivas, tais como o reconhecimento da desvalorização profissional e a busca por melhorias na formação e qualificação, nas condições de carreira etc., revelam que a identidade que está sendo reconstruída nesse curso engloba o âmbito social da profissionalização, assim como a profissionalidade da categoria docente:

[...] a partir [...] do pouco fundamentado até agora... um profissional na educação infantil, deveria [...] ter uma formação maior ainda, porque [...] a responsabilidade dos primeiros anos na vida da criança e na vida escolar é muito [...] grande, então essa é uma diferença, que deveria ser muito mais valorizado, pela questão mesmo de salário, de/ na formação, em tudo [...] (CIBELE).

Outra questão que converge em nosso entendimento para a desvalorização profissional é a busca por formação apenas para obtenção do diploma e pela exigência da legislação. São valores, questões que são ancoradas na concepção que se tem, na representação social sobre o que é ser professor, pois para quem não tem posicionamento sobre isso, ou melhor, para quem não se reconhece enquanto categoria profissional, tanto faz ter formação ou não. É o que acontece com algumas colegas de trabalho de Carla que desenvolveram seu curso em outra instituição e somente buscaram formação em nível superior em virtude da determinação da LDB:

[...] ‘agora vou buscar pedagogia’, então eles têm pedagogia, mas fizeram pedagogia porque tinham que fazer. [...] do jeito que dava para fazer, era bem isso, e daí aquela história do profissionalismo, se formaram para técnico, para ter o diploma, tanto é que uma das

professoras lá fala: ‘é para ter o diploma, nada mais, para ganhar além do que eu ganhava antes’, porque isso vale lá... é bem isso. (CARLA).

Evidenciamos, ainda, como desafio para a formação profissional nesse curso, a realização dos estágios, pois, conforme Cátia, esses não contribuíram muito para que ela refletisse sobre a prática, afinal, ela já conhecia o contexto em que estagiava. Embora não concordemos que apenas por já conhecer o contexto o estágio não tenha contribuído para sua formação, pensamos que esse curso poderia pensar em estratégias que visassem oferecer práticas em contextos diferentes – no caso das alunas que já atuam –, a fim de possibilitar análises mais críticas e mesmo comparativas entre diferentes contextos sociais e suas práticas educativas.

[...] o estágio na educação infantil eu fiz onde eu trabalhava mesmo, então era mais próximo para mim, eu trabalhava só meio período e analisava, observava a outra professora. Então assim, o estágio me contribuiu pouco, porque eu já convivía com ela na educação infantil. Agora com relação aos outros estágios que eu fiz, em outras escolas, eu acredito que dê para eu espelhar com relação ao ensino infantil [...] (CÁTIA).

Entretanto percebemos nas entrevistas a função política da educação infantil, além de possibilidades reais para a reconstrução da identidade profissional e das representações sociais sobre o professor, que precisam estar voltadas para este reconhecimento, de que o professor de educação infantil é um profissional, com saberes específicos.

Além disso, outra grande contribuição dessa formação inicial é revelada quando a maioria das entrevistadas expressa a necessidade de lutar pelo reconhecimento desse profissional, que precisa ser valorizado e identificado como responsável pela formação humana, referência para a criança se espelhar. Finalmente, a necessidade dessa reconstrução identitária e os desafios requeridos na formação inicial justificam, portanto, a relevância desse estudo no que tange à melhoria dos cursos de formação e o reconhecimento do professor de educação infantil enquanto integrante de uma categoria profissional, com saberes e fazeres específicos, de significativo valor social. Assim, apresentaremos a seguir algumas considerações, mas que não são

definitivas, pois, em consonância com Rangel (1999, p. 51), acreditamos que

“um estudo deixa contribuições quando não se complementa e não se conclui em si mesmo, seja porque retorna à prática, seja porque provoca novas construções teóricas”.

Considerações Finais

Percebemos que há investimento na reconstrução da identidade docente na formação inicial investigada, uma vez que a reflexão sobre as representações sociais acerca de quem é o professor, de como ele está sendo formado, da criança, enfim, de sua identidade, está sendo possibilitada neste contexto formativo. A despeito de ainda encontrarmos concepções divergentes acerca da identidade desse professor, reiteramos a necessidade de sua reconstrução durante o processo formativo, visando à valorização profissional por meio do conhecimento do seu papel, de seus fazeres e da importância de sua atuação.

Percebemos também que o empenho por reconhecimento somente faz sentido quando o profissional se reconhece e se identifica enquanto professor e reivindica formação para qualificar seu trabalho, e não simplesmente para ter um título que o habilite a exercer a profissão. É evidente que a exigência da LDB de formação mínima já é um avanço, mas não promove por si só esse reconhecimento profissional, pois, para quem não tem consciência política, não se reconhece enquanto categoria profissional, tanto faz ter formação ou não.

Concordamos com Arce e Baldan (2009) ao enfatizarem a centralidade do papel do professor de educação infantil, cuja identidade precisa estar voltada para o reconhecimento desse papel. Acreditamos ainda que o ato de conhecer é um processo, que ocorre na vida toda e não pode ser apressado, conforme sugere o contexto neoliberal, a fim de gerar eficiência e quantidade em detrimento da qualidade na educação; e nem eximir a escola e o professor de sua responsabilidade para atingir essa qualidade, buscando viabilizar o conhecimento em alianças possíveis, seja no consenso ou na disputa, nas negociações sociais.

Ao trabalharmos o conceito de identidade ao longo deste estudo, não pretendíamos nomear para impossibilitar/engessar possibilidades no fazer profissional, mas, ao contrário, legitimar a importância desse fazer, identificando o professor de educação infantil como alguém importante socialmente, responsável por disponibilizar as condições objetivas nas quais o conhecimento se processa. Nesse sentido, reiteramos que não pretendemos apressar o aprendizado de conhecimentos (conteúdos escolares) e a formação das crianças naquele sentido/contexto neoliberal, mas sim reconhecer suas especificidades de conhecer e se desenvolver, para que tenham autonomia e possam criar, se expressar, conhecer o mundo e a criação humana por meio da cultura, além de conhecer a si mesmas e os outros.

Nesse sentido, não visamos um consenso, uma única identidade como a mais correta perante tantas outras que circulam socialmente, afinal, a categoria identidade se insere no contexto social e político, nas transformações históricas, político-ideológicas. Entretanto enfatizamos a necessidade de um comprometimento de luta para nos pautarmos na função da profissão docente em todos os níveis de ensino, que exige conhecimentos e fazeres específicos para a atuação, que precisa ser valorizada e ter uma base para a atuação e para o ensino, mas que também é construída e reconstruída no diálogo, na troca, nos conflitos e nas negociações. Ao afirmar isso, não queremos enquadrar para romper com as diferenças da subjetividade envolvida nesse processo, que se modifica pela dinâmica comunicativa e social, em meio a conflitos e pressões, mas, ao contrário, propor uma base de atuação, uma referência, um posicionamento político e social, para além dos existentes.

Pudemos perceber como as alunas entrevistadas ancoram tais representações por meio de seus conhecimentos e valores, suas experiências pessoais, e como objetivam estas concepções em imagens que lhes permitem se identificar como professor dessa etapa, evidenciando a influência da sociedade, da família, da prática pedagógica, da sua história pessoal e da formação nessa constituição do ser professora de educação infantil. Assim, esse estudo gerou grandes contribuições relacionadas ao conhecimento das representações sociais sobre quem são as crianças e quem são os futuros

professores que com elas atuarão, assim como as concepções que o curso tem ancorado, o que pode convergir para a melhoria da formação inicial no que concerne à centralidade de conhecimentos que ultrapassem imagens divulgadas como as “mais corretas” e não deixem de proporcionar aos futuros professores uma análise crítica sobre quem são, superando discursos prontos sobre seu papel.

Uma das grandes contribuições que esse curso de formação parece ter proporcionado foi possibilitar o reconhecimento do professor da educação infantil enquanto pertencente à categoria profissional professor, com saberes específicos para sua atuação. É nesse sentido que podemos afirmar que a reconstrução identitária nesse curso é um processo que está sendo desenvolvido pela reconstrução de representações e concepções, afinal, apenas por meio dessa revisão pode-se influenciar positivamente as práticas pedagógicas, ultrapassando o discurso e refletindo na realidade objetiva das crianças e da própria profissão.

A identidade dos professores de educação infantil precisa ser pensada como reconhecimento da profissão docente e do seu papel social, político e profissional. Acreditamos que esse posicionamento poderá incidir na reconstrução da representação social que o professor possui e convergir no imaginário social, ou seja, buscando o autorreconhecimento poderemos também atingir o tão almejado reconhecimento social, afinal, a sociedade precisa, cada dia mais, desses profissionais, que ensinam os homens a serem “humanos” e possibilitam o processo de aculturação.

Percebemos, ainda, que existem desafios para aperfeiçoar a formação inicial nesse curso, como

a questão dos estágios, que precisam articular a teoria e promover reflexões mais críticas sobre as concepções fundantes da área, promovendo novos conhecimentos em termos teórico-práticos, sobre diferentes realidades sociais. Outro desafio encontrado é a necessidade de uma análise mais aprofundada do currículo, a fim de permitir revisões das concepções sobre infância, educação infantil, crianças e professores dessa etapa, criando conflitos e dúvidas, formulações menos “consensuais” sobre esses aspectos e mais refletidas, forjadas na relação dialética entre os conhecimentos adquiridos na formação e sua “aplicação” prática, que permitam modificá-las e melhorar a educação infantil e a qualidade da formação desses professores.

Finalmente, as análises aqui elaboradas foram fundamentais para nossas reflexões acerca da reconstrução da identidade desses professores, possibilitando-nos a formulação de propostas e alternativas visando o reconhecimento profissional, a valorização social, assim como melhorias na área da educação infantil e na formação de seus professores, a fim de provocar o confronto de ideias, afinal, reconhecemos que as reconstruções das representações sociais dependem de várias questões nela imbricadas, como a cultura, o social, a história etc. Contudo, ao colocar as não familiaridades em relevo, já estaremos contribuindo com a pesquisa em educação e, mais especificamente, com a formação identitária dos professores de educação infantil, pertencentes a um grupo profissional que tem direito de exercer sua profissionalidade docente e a função social que o define historicamente enquanto tal.

REFERÊNCIAS

- ARCE, A.; BALDAN, M. A criança menor de três anos produz cultura? Criação e reprodução em debate na apropriação da cultura por crianças pequenas. In: ARCE, A.; MARTINS, L. M (Org.). **Ensinando aos pequenos de zero a três anos**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009. p. 187-204.
- AZEVEDO, H. H. O. de. **Formação inicial de profissionais de Educação Infantil: desmistificando a separação cuidar-educar**. 2005. 249 f. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2005.
- JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D (Org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.
- KUHLMANN JR., M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. 210 p.

_____. A Educação Infantil no século XX. In: BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M (Org.). **Histórias e memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 182-194.

MASSUCATO, J. C. **Professora, educadora ou babá?** Desafios para a reconstrução da identidade profissional na educação infantil. 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2012.

MAZZOTTI, A. J. A. Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 1, p. 18-43, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/viewFile/1169/1181>>. Acesso em: 07 jun. 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 404 p.

RANGEL, M. Das dimensões da representação do “bom professor” às dimensões do processo de ensino-aprendizagem. In: TEVES, N.; _____. **Representação social e educação**: temas e enfoques contemporâneos de pesquisa. Campinas, SP: Papirus, 1999. p. 47-77. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SMOLKA, A. L. B. Estatuto de sujeito, desenvolvimento humano e teorização sobre a criança. In: FREITAS, M. C. de; KUHLMANN JR., M (Org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 99-127.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 182 p.

Recebido em 30.10.2011

Aprovado em : 13.03.2012

ANEXO A: ARTIGOS SELECIONADOS PARA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. FONTE: ANPED (2005-2009): GRUPO DE TRABALHO (GT) 07 - EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS

28ª Reunião Anual . 2005

Coordenadora: M^a Carmem Silveira Barbosa (UFRGS)

Título	Autor	Instituição
O binômio cuidar-educar na educação infantil e a formação inicial de seus profissionais	AZEVEDO, Heloisa H. O. e SCHNETZLER, Roseli P.	UNIMEP
Na gestão da Educação Infantil, nós temos meninas no lugar de professoras?	KRAMER, Sônia	PUCRJ

29ª Reunião Anual . 2006

Coordenadora: Silvia Helena Vieira (UFC)

Título	Autor	Instituição
O Professor de educação infantil, um professor da educação básica: e sua especificidade?	BONETTI, Nilva	UFSC
"Amor à profissão, dedicação e o resto se aprende": significados da docência em educação infantil na ambiguidade entre vocação e a profissionalização	ALVES, Nancy N. de L.	UFG

30ª Reunião Anual . 2007

Coordenadora: Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino (UCP)

Título	Autor	Instituição
"A gente é muita coisa para uma pessoa só": desvendando identidades de professoras de creches	COTA, Tereza Cristina M.	UnilesteMG
O cotidiano de educação infantil: questões de identidade	NASCIMENTO, Anelise M. do	UFRJ
Representação social de professoras de educação infantil sobre a infância: algumas considerações	DEMATHÉ, Têrsia M. e CORDEIRO, Maria Helena B.V.	UNIVALI

31ª Reunião Anual . 2008

Coordenadora: Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino (UCP)

Título	Autor	Instituição
Criança, infância e política na compreensão dos profissionais que atuam na educação infantil em Curitiba	PEREIRA, Maria Neve C.	UTP
O que dizem as crianças sobre sua escola? O debate teórico metodológico da pesquisa com crianças na rede pública de educação infantil	MARTINS, Maria Cristina e BRETAS, Silvana Aparecida	UFS
Política Nacional de Educação Infantil no Brasil: uma luta contínua, uma política descontínua	FULLGRAF, Jodete Bayer Gomes	UFSC
Infância e Cidadania: ambiguidades e contradições na educação infantil	BARBOSA, Ivone Garcia e ALVES, Nancy Nonato de Lima	UFG

32ª Reunião Anual . 2009

Coordenadora: Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino (UCP)

Título	Autor	Instituição
Relações sociais e educação infantil: percursos, conceitos e relações de adultos e crianças	MARTINS FILHO, Altino José e MARTINS FILHO, Lourival José	UFRGS e UDESC
Entre crianças e alunos: a construção do trabalho pedagógico em escola para crianças de 4 a 6 anos	MOTTA, Flávia Muller N. e SANTOS, Núbia de O.	PUCRJ e UERJ
Educação da pequena infância: um olhar sobre a formação docente	KIEHN, Moema de Albuquerque	UFSC
Educação de crianças, docência e processos de subjetivação	Maria Isabel Edelweiss Bujes	ULBRA